

Arthur Junior

Soube da morte de minha mãe numa terça de manhã e só consegui pegar no sono na quarta-feira, já de noite. Tive, então, um longo sonho, no qual me encontrava sozinho numa sala, sentado junto a uma mesinha de escritório vagabunda, fórmica bege com frisos pretos e pés de metal. Pelo telefone, uma voz pré-gravada me instruía, pausadamente: “Por favor, aguarde na linha que logo você será atendido”. Obedeci. O tempo passava e eu seguia aguardando, aguardando, aguardando. Mas ninguém se manifestava do outro lado e o sonho terminava.

Acordei desesperado. Eu acabara de sofrer uma das maiores tragédias de qualquer existência, a morte de quem me trouxera à vida. Esperava de minha alma, portanto, a coerência de agir conforme a gravidade da perda, massacrando-me numa hecatombe interna: sombras e escuridão; demônios irrompendo num violento terremoto e multiplicando as fissuras do meu eu mais profundo até que tudo desmoronasse, reduzindo-me a um lúgubre saco de escombros. Mas, em vez disso, qual o assunto escolhido por meu inconsciente na primeira noite após a desgraça? Um chá de cadeira de algum serviço de atendimento ao consumidor. Minha mãe morre e os recônditos de minha alma nada fazem a não ser aguardar o retorno de uma operadora de celular, TV a cabo ou cartão de crédito. Era ridículo, absurdo. E o pior: depois disso, como supor que haveria alguma outra coisa com um mínimo de valor guardada aqui, dentro de mim?

Ainda sou jovem. Talvez já não tão jovem, mas jovem. Afinal, devemos ser jovens a vida toda, é uma obrigação contemporânea. Portanto, ainda sou jovem, mas avançando nos anos. Capaz de um dia desses piscar os olhos e... quarenta. Noutra piscada, cinquenta. Sessenta. Setenta, oitenta e noventa e seis.

Fim. E o que carrego de valioso para sonhar nos próximos grandes momentos, tristes ou felizes, que virão antes do fim? Outro chá de cadeira? Fast food numa praça de alimentação? Congestionamento na hora do rush? Fila no cartório?

A primeira tentativa para aquietar meu tormento foi a de buscar alguma interpretação para o famigerado sonho. Mas o caminho logo se mostrou infrutífero, apesar de até agora eu considerar que a hipótese não era de todo disparatada. Afinal, quem garantia que, sob uma superfície monótona e vazia, não se escondiam significados densos, insondáveis? Sonhar com um cancelamento de boleto, na verdade, não simbolizaria um “acerto de contas com o Supereu” ou a “eliminação das pendências afetivas do Isso”? Solicitar visita da assistência técnica, nada menos do que “dividir as angústias do Isso com o Eu”? Soava bastante plausível, mas, infelizmente, as decodificações que achei haviam sido redigidas antes da proliferação do telemarketing. Não encontrei, portanto, nada aplicável a meu caso.

Nos dias e semanas que se seguiram, vasculhei as mais variadas possibilidades atrás de algum conforto, algum propósito. Cada vez mais aflito, sabia que precisava fazer algo, só não tinha a menor

noção do quê. A certa altura, topei com a ideia de que “um homem precisa saber de onde veio e para onde vai”. Como eu definitivamente não sabia para onde ir, restava-me tentar algo lá atrás. Estabeleci, então, a necessidade de compreender e reconstruir meu passado como a grande esperança, o grande primeiro passo. Comecei por lembrar os momentos com minha mãe. Talvez como reação automática ao que me ocorrera, talvez para reavivá-la à força, não sei. Logo, porém, saltei de recortes específicos para uma versão ampla e completa daquilo que classificava como “meu passado”. Tudo que havia acumulado ao longo de anos (mesmo que para desaguar num mísero sonho de call center). Com insistência, cavouquei minhas memórias até o limite. E, assim, meu passado se abriu por completo, revelando tudo que guardava.

Ele guardava pouco, muito pouco. Quase nada, pra ser sincero. Quer dizer, lógico que surgiam coisas, quantidade não era o problema: o depósito estava entulhado de pacotes de Fandangos, episódios de Cavaleiros do Zodíaco e similares, repetidos em variações que acompanhavam o andar de minha faixa etária. Nada contra — ainda hoje, aliás, torço pela volta do sabor gorgonzola. Desejava, no

entanto, memórias afetivas um pouco mais únicas, individuais. Mesmo como identidade coletiva, era pedir demais possuir alguma um tantinho menos genérica? Porque aquilo ali nada tinha de meu. Funcionaria como lembranças de qualquer um, em qualquer lugar. E, mesmo com minha inteligência mediana, não era difícil perceber quanto contentar-me com Shiryu seria via expressa para a perpetuação dos sonhos ambientados em repartições públicas. (Apesar de, reitero, ainda me esbaldar sempre que topo com alguma reprise.)

Comecei a revirar, freneticamente, as gavetas de meu cérebro. O que havia de meu? De exclusivamente meu? Lembrei-me de ter lido, tempos atrás, um relato de viagem de Le Corbusier à Turquia quando moço. Não faço ideia de como o livro foi parar na minha mão, provavelmente ganhei num amigo-secreto, presente de alguém pouco preocupado em me agradar, já que não apenas o tema nunca figurou entre meus favoritos como também o texto em si era chatíssimo, um grande clichê de diário escrito por qualquer jovem de vinte e poucos anos atravessando a Europa oriental. Não encontro, aliás, outra explicação possível para as reedições recentes do livro do que sua utilização como objeto

de fetiche pelos fãs do arquiteto francês. Curiosamente, foi o próprio Corbusier quem decidiu por sua publicação pouco antes de morrer, quando já contava 77 anos e havia realizado toda a sua célebre obra. Sem dúvida, dedicava especial apreço àquela viagem. Talvez, ainda que sonolenta aos outros, a narrativa tivesse desempenhado papel fundamental em sua formação, naquilo que ele se tornaria nas décadas seguintes. Geralmente, é assim mesmo: as coisas que mais nos marcam são indiferentes ao resto, e vice-versa. Mas e eu? Possuía algo semelhante? Algo único, vivido em meus tenros anos, definidor do que viria a seguir? Novamente, voltei às gavetas. Porém, só encontrei bobagens, como as histórias em quadrinhos que escrevia e desenhava quando adolescente. E resgatá-las para que ocupassem algum posto importante dentro de minha trajetória estava, definitivamente, fora de questão. *Bruce Letal contra os Ninjas*? Nem pensar. Entre exibir *Bruce Letal contra os Ninjas* como prova de minha existência e seguir vazio, com certeza esta última era, disparado, a melhor opção. Onde será que foram parar aquelas tralhas? Minha mãe certamente as jogou no lixo há anos, décadas. Como eram ruins, meu Deus... *Dybex, o Androyde... Massacre*

em Messina... Kryslla, a Rainha-Cobra... Bruce Letal contra os Ninjas... Que vergonha. Os diários de Corbusier eram Joyce perto de *Bruce Letal contra os Ninjas*.

Descartados, pois, Fandangos sabor gorgonzola e *Bruce Letal contra os Ninjas*, era crescente a sensação de que eu me dedicaria à reconstrução de algo nunca erguido. Sobrava, como última chance naquele terreno baldio, encontrar algo de mim no meu lugar. Nesta terra que aprendi, primeiro na escola, depois nas Copas do Mundo e finalmente nas guias para o recolhimento de impostos, se referia a mim. Este lugar era o meu lugar e isso deveria significar alguma coisa. Mas o quê?

*

Em 1557, foi publicado o primeiro livro sobre este lugar, o relato autobiográfico do alemão Hans Staden.

Eu, Hans Staden, de Homberg, em Hessen, resolvi, caso Deus quisesse, visitar a Índia.

Pois é. Na primeira linha do primeiro livro sobre o Brasil, seu autor deixa bem claro que sonhava mesmo era com uma viagem à Índia.

Mesmo cômico, era esperado. A rota marítima de comércio que contornava toda a África até alcançar o Oriente borrifava, à época, um perfume de sedução irresistível aos europeus ambiciosos. Seu trajeto fora percorrido por Vasco da Gama pouco mais de meio século antes, em 1497, com o intuito de garantir a Portugal o controle do comércio de especiarias. E, ao navegarem em busca desses bens valiosos, as coroas portuguesa e castelhana desvelaram (mesmo que às vezes por acidente ou erro de cálculo) toda a geografia da Terra, naquela que ficou conhecida como a Era dos Descobrimentos.

Hans Staden, portanto, nada fazia a não ser refletir os apetites de seu tempo. Se movido especificamente pelo desejo do exótico, sonhos de fortuna ou algum outro motivo, ninguém sabe. Pois,

apesar de seu nome quase sempre surgir precedido por epítetos que iam dos mais nobres (“aventureiro”) aos nem tanto (“mercenário”), sua história progressa é praticamente ignorada. Conhecemos apenas o que ele mesmo nos contou nas páginas de seu livro: deixou sua terra natal e passou pela Holanda, até chegar a Portugal.

Em Lisboa, alojei-me em uma hospedaria, cujo dono era alemão e se chamava Leuhr, o Moço, onde fiquei por algum tempo.

Contei-lhe que tinha saído da minha pátria e lhe perguntei quando esperava que houvesse expedição para a Índia. Disse-me que eu tinha demorado demais e que os navios d’El-Rei que navegavam para a Índia já tinham saído. Pedi-lhe, então, que me auxiliasse no intento de encontrar outro navio, visto que perdera estes, tanto mais que ele sabia a língua, e que eu estava pronto a servi-lo por minha vez.

Levou-me para um navio como artilheiro. O capitão dessa nau chamava-se Penteado e se destinava ao Brasil, para traficar, e tinha ordens de atacar os navios que comerciavam com os mouros do norte da África.

Mesmo mais de cinquenta anos passados desde o desembarque de Cabral, os domínios portugueses do outro lado do Atlântico pouco interessavam além daquele descrito por Staden: traficar, principalmente a madeira responsável por seu nome de batismo.

Viajamos quarenta milhas para diante, até um porto chamado Potiguares, onde pretendíamos carregar o navio com pau-brasil e receber provisões em permuta com os selvagens.

Ao chegarmos, aí encontramos um navio de França, que carregava pau-brasil. Atacamo-lo para o aprisionar, mas cortaram-nos o mastro grande com um tiro, e se escaparam; alguns dos nossos morreram e outros ficaram feridos.

Isso, porém, ocorreu quando o navio do alemão já se preparava para regressar à Europa. A chegada ao Brasil acontecera algum tempo antes, em janeiro de 1548.

A 28 de janeiro, houvemos vista de terra, vizinha de um cabo chamado Sanct Augustin. A oito milhas daí,

chegamos a um porto denominado Prannenbucke. Contavam-se 84 dias que tínhamos estado no mar sem ter avistado a terra. Ali, os portugueses tinham estabelecido uma colônia chamada Marim. O governador dessa colônia chamava-se Arto Koslio.

Se não é difícil imaginarmos que Sanct Augustin seja o atual cabo de Santo Agostinho, próximo ao Recife, a tarefa se apresenta um tanto mais complicada com Prannenbucke ou Arto Koslio. No entanto, à medida que se tornava uma das pedras fundamentais daquilo que conhecemos como história do Brasil, o livro de Hans Staden passou a ganhar, durante o século XX, edições em português cada vez mais bem cuidadas e didaticamente contextualizadas. Por isso, hoje, notas de rodapé nos informam: Prannenbucke é Pernambuco e Arto Koslio o português Duarte Coelho, governador da capitania. Os grotescos erros de grafia no original provavelmente se deveram à transcrição direta para o alemão de registros orais que Staden guardara na memória (basta, por exemplo, pronunciarmos Arto Koslio numa caricatura de sotaque alemão para que este se assemelhe foneticamente a “Duarte Coelho”). Já a colônia de Marim, nos informa outro

rodapé, era como se chamava a aldeia nativa sobre a qual se ergueria a cidade de Olinda.

Mas Staden nem teve tempo de admirar a vista que, rezam a lenda e os guias turísticos, tanto extasiou Arto Koslio. Logo foi despachado numa missão militar para Igarassu, um pouco mais ao norte.

Aconteceu que os selvagens do lugar se tinham revoltado contra os portugueses, o que dantes nunca tinham feito; mas agora o faziam, por se sentirem escravizados. Por isso, o governador nos pediu pelo amor de Deus que ocupássemos o lugar denominado Igarassu, a cinco milhas de distância do porto de Olinda, onde estávamos ancorados, e de que os selvagens se queriam apoderar. Os habitantes da colônia de Olinda não podiam ir em auxílio deles, porque receavam que os selvagens os viessem atacar.

Fomos, pois, em auxílio da gente de Igarassu, com quarenta homens do nosso navio e para lá nos dirigimos numa embarcação pequena. A colônia fica num braço do mar, que avança duas léguas pela terra adentro. Haveria ali uns noventa cristãos para a defesa. Com eles se achavam mais uns trinta mouros

e escravos brasileiros pertencentes aos moradores. Os selvagens, que nos sitiavam, orçavam por oito mil.

Seria um pífilo tropel de pouco mais de cento e cinquenta homens capaz de enfrentar oito mil “selvagens”?

O cerco durava havia quase um mês e vários dos selvagens morreram; nenhum, porém, dos cristãos. Uma vez pacificados os selvagens, voltamos ao navio grande em Olinda.

Absolvamos, porém, Hans Staden pelo evidente exagero no relato de seu triunfo. Primeiro, não haveria a menor possibilidade de quantificar com alguma exatidão seus adversários: a descrição mais fidedigna que ele poderia fornecer ao leitor com relação ao número de oponentes seria algo próximo a “um monte”. Compreensível, portanto, a invenção de um conteúdo menos vago na hora de colocar a batalha no papel. Além disso, quem nunca deu uma incrementada em suas façanhas quando não há risco de desmentidos? A se lamentar mesmo no parágrafo é toparmos com o verbo “pacificar”, eufemismo utilizado à larga como justificativa de tantas barbaridades.

Após o triunfo, Staden deixa Olinda, rumo a quarenta milhas ao norte para se abastecer de pau-brasil, no trecho aqui transcrito anteriormente, e retorna a Portugal.

Estivemos assim 108 dias no mar e, no dia 12 de agosto, alcançamos umas ilhas chamadas Los Açores.

No entanto, se sua passagem por essas terras se resumisse a isso, nós nunca teríamos ouvido falar no alemão. Hans Staden voltaria ao Brasil, dois anos depois.

(...) descansei algum tempo em Lisboa e fiquei com vontade de ir com os espanhóis para as novas terras que eles possuem. (...) fui para uma cidade denominada Sevilha, onde encontrei três navios que se estavam aparelhando para irem a um país chamado Río de la Plata, situado na América. Esse país, a aurífera terra chamada de Peru que há poucos anos foi descoberta (...).

Hans Staden voltaria ao Brasil e, de novo, sem querer. Pois mais uma vez o roteiro era outro. Dessa feita, rio da Prata e Peru, junto aos espanhóis.

Ou seja: se corresse como o planejado, as hoje famosas *Duas viagens ao Brasil* de Hans Staden na realidade não passariam de *Uma viagem à Índia e outra ao Peru*. Mas as coisas deram errado. Não é essa, afinal, a regra? As coisas geralmente dão errado. Assim, no dia 24 de novembro de 1550, Staden aportava na costa brasileira pela segunda vez. Um desembarque de emergência no local hoje conhecido como baía de Paranaguá, em meio a uma feroz tempestade, da qual, conforme o narrador, ele e seus companheiros escaparam por milagre. Passada a borrasca, as três embarcações seguiram até Santa Catarina. A que levava Staden foi a primeira a chegar.

Com cerca de três semanas de espera, chegou-nos a nau em que vinha o primeiro piloto; mas a terceira nau era perdida de todo e nada mais soubemos dela.

Aparelhamos, então, para sair e fizemos provisão para seis meses, pois havia ainda cerca de 300 léguas de viagem por mar. Quando tudo estava prestes, aconteceu-nos perder a nau grande no porto, o que impediu a nossa partida.

Ficamos aí dois anos no meio de grandes perigos e sofrendo fome. Tínhamos que comer lagartos, ratos de campo e outros animais esquisitos, que lográvamos colher, assim como mariscos que vivem nas pedras e muitos bichos extravagantes.

Contudo, afirma o autor, não foi a vontade de abandonar a dieta à base de bichos extravagantes que os forçou a tomar uma atitude após dois anos e meio, mas sim a iminência da traição.

Os selvagens que nos davam mantimentos só o fizeram enquanto recebiam presentes de nossa parte; fugiram depois para outros lugares e, como não podíamos fiar-nos neles, dissuadimo-nos de aí continuar com perigo de perecer. Deliberamos, pois, que a maior parte dos nossos devia ir por terra para a província de Assunción, daí distante cerca de 300 milhas. Os outros iriam no navio que restava. O capitão conservava alguns de nós, que iriam por água com ele.

Os que iam por terra levavam mantimentos e alguns selvagens. Muitos deles, é certo, morreram de fome no sertão; mas os outros chegaram ao seu destino como depois soubemos; entretanto, para o resto dos

nossos homens, o navio era pequeno demais para navegar no mar.

Não é difícil perceber como Staden descreve a relação com a população nativa de maneira, no mínimo, ambígua. Se os índios abrem o parágrafo como seres traiçoeiros e pérfidos, poucas linhas depois mudam de posição e aparecem listados, numa indisfarçável função servil, junto à bagagem do grupo que seguiu por terra até Assunción levando “mantimentos e alguns selvagens”. A postura nebulosa fica ainda mais evidente quando um posterior cruzamento com relatos de outros membros da expedição revela não haver sobrado nenhum dos navios originais. Aquele que Staden descreve como o “navio que restava” era, na verdade, uma pequena embarcação construída com a ajuda dos índios. Logo, em tão curto trecho, fica evidente quão complexa e flutuante foi a relação entre nativos e europeus no período. Mas isso não interessa ao narrador, que segue nos informando de seus planos.

Os portugueses têm perto da terra firme uma ilha denominada São Vicente. Era nossa intenção irmos até lá, a vermos se possível era havermos dos portugueses

um barco de frete e seguirmos até o Rio da Prata, pois o que tínhamos era pequeno demais para nós todos.

Após outra viagem atribulada, que incluiu um naufrágio em Itanhaém, o grupo enfim chegou a São Vicente. Lá, porém, o relato de Staden não faz uma única menção à tentativa de alugar um barco nem ao projeto de alcançar Assunción. Pelo contrário, o alemão parece esquecer por completo o motivo de sua visita e põe-se a descrever o lugar e suas gentes.

Os portugueses, que aí moram, têm por amiga uma nação brasílica de nome Tupiniquim, cujas terras se estendem pelo sertão adentro cerca de 80 léguas e ao longo do mar umas 40 léguas. Essa nação tem inimigos para ambos os lados, para o sul e para o norte. Seus inimigos para o lado do sul chamam-se Carijó e os do lado do norte, Tupinambá. (...) Sofrem-lhes os portugueses muitos danos e ainda hoje eles se arreceiam.

(...) A cinco milhas de São Vicente, há um lugar denominado Bertioiga, onde os inimigos selvagens primeiro chegam, para daí seguirem por entre uma ilha chamada Santo Amaro e a terra firme. Para impedir esse caminho aos índios, havia uns irmãos mamelucos,

oriundos de pai português e mãe brasileira, todos cristãos e tão versados na língua dos cristãos como na dos selvagens. O mais velho chamava-se João de Braga, o segundo Diogo de Braga, o terceiro Domingos de Braga, o quarto Francisco de Braga, o quinto André de Braga e o pai chamava-se Diogo de Braga. Cerca de dois anos antes da minha vinda, os cinco irmãos tinham decidido, com alguns índios amigos, edificar uma casa forte para deter os contrários, o que já tinham executado. A eles se ajuntaram mais alguns portugueses, seus agregados, porque era a terra boa.

Ainda que em versão reconstruída no século XVIII, a tal casa forte existe até hoje. É o Forte São João, em Bertioga, originalmente chamado Fortim de São Tiago. Os portugueses, porém, logo constataram que ele não seria suficiente para deter os ataques tupinambás.

Por causa disso, deliberaram os moradores edificar outra casa ao pé da água, e bem defronte de Bertioga, na ilha de Santo Amaro, e aí colocar canhões e gente para impedir os selvagens. Assim tinham começado um forte na ilha, mas não o tinham acabado, à falta de artilheiro português que se arriscasse a morar ali.

Fui ver o lugar. Quando os moradores souberam que eu era alemão e que entendia de artilharia, pediram-me para ficar no forte e ajudá-los a vigiar o inimigo.

Assim, nosso volúvel narrador deixa para trás espanhóis, rio da Prata e o ouro do Peru para, sem pestanejar, assumir o posto de artilheiro do Forte São Filipe.

Fizeram a casa de pedras, puseram dentro alguns canhões, e ordenaram-me que zelasse bem da casa e das armas.

Meses correram sem sobressaltos até que, num dia rotineiro, Staden saiu do forte atrás de alimentos e foi capturado pelos Tupinambá. A descrição dos nove meses que passou cativo, sob a ameaça de ser morto e devorado pelos índios, forma não apenas o cerne de seu livro, mas também boa parte da gênese da imagem daquilo que, desde então, nos acostumamos a chamar de Brasil.

*

Quando me mudei para Pinheiros, algum tempo atrás, visitei um punhado de apartamentos na região antes de encontrar aquele que, por fim, escolhi para alugar. Mal me recordo da grande maioria dos imóveis examinados, mas de um deles nunca me esquecerei. Não por suas qualidades, era um quarto e sala genérico. Mobiliado com um sofá e uma cômoda poeirentos, parecia desocupado havia anos. Mas Laelton, o corretor, fingia nem notar meu desânimo e, confiante, afirmava que o encanamento era novo. A elétrica também. Era só dar uma pintadinha e, “ó, fica show!”. Após se esgoelar destravando a persiana enguiçada para que eu pudesse apreciar toda a iluminação “face norte, solzão de janeiro a janeiro”, Laelton pediu-me que esperasse um minuto, pois desceria até o térreo a fim de checar se a chave da porta de correr que dava acesso à área de serviço estava com o zelador. “Pensei que estaria ali na fechadura. Um minutinho só e já volto!” Con senti, apesar de meu olhar entediado sinalizar que ou encontrávamos ampla varanda, piscina privativa e jardim de inverno pra lá da portinha da área de serviço, ou não haveria a menor chance de eu alugar aquele mausoléu: não bastasse a total falta de charme, o valor pedido era exagerado, a garagem muito

ruim (na época, eu ainda insistia em andar de carro) e não existia nenhuma área comum no térreo.

Dois ou três minutos de espera foram o suficiente para meu olhar esgotar o passeio pelos espaços restantes. Comecei, então, a bisbilhotar alguns papéis amontoados na pequena mesa da cozinha. Como tudo naquele lugar, pareciam esquecidos por lá havia muito tempo. No meio da pilha, destacava-se um caderno com capa estampada por borboletas geométricas, delineadas em grossos traços pretos e coloridas num pisca-pisca rosa e amarelo-ovo. Virei a página e encontrei uma caprichada caligrafia a lápis sobre a folha pautada. *Los Angeles, 18 de outubro de 1978* era o título que antecedia o longo primeiro parágrafo, integralmente composto por minuciosa descrição da espera pelas malas no aeroporto. Folheando um pouco mais para a frente, pude ver que a viagem se estendera até o Japão, mas mal começara a ler um trecho com impressões sobre a religião oriental, e Laelton ressurgiu, risonho, balançando a chave da área de serviço. Reagi como se houvesse sido pego no pulo em meio a uma traquinagem: rapidamente, fechei o caderno e exagerei na retribuição do sorriso. Voltou, Laelton! Vamos ver essa área de serviço, rapaz! Minha empolgação de araque,

contudo, não bastou para transformar o cubículo caindo aos pedaços em algo minimamente atraente, e encerramos a visita. Mas Laelton não esmoreceu e garantiu: já tinha outro imóvel em vista. Esse sim, perfeito para mim. “Perfeito! Pode ter certeza: vai ser olhar, se apaixonar e assinar!” Esperando pelo elevador, eu assentia automaticamente enquanto meus pensamentos não largavam, melancólicos, a viagem registrada naquele caderno abandonado, um dia valiosa a ponto de justificar a confecção de tão caprichado diário.

Los Angeles, 18 de outubro de 1978. Deduzi, sem nenhuma base sólida a não ser a delicadeza da caligrafia, que fora escrito por uma mulher. Mas quem seria a autora desconhecida? Hoje, três anos passados de minha visita e quase quarenta da redação do diário, é bem provável que ela esteja morta. A essa altura, Laelton já conseguiu empurrar o imóvel para algum inquilino menos exigente, este logo se livrou das velharias e aquele caderno não existe mais. E, sem memória nem registro, aquela viagem também não existe mais. Arrisco ter sido o medo de um fim semelhante o que motivou Le Corbusier, já septuagenário, a buscar a publicação de seu modorrento diário de juventude. Do contrário, quando morresse, sua

tão querida viagem ao Oriente morreria junto. E respiro aliviado ao concluir que, por meu lado, arrastarei *Bruce Letal contra os Ninjas* comigo para o túmulo.

O futuro poderia ter sido diferente para a brochura com capa de borboletas se, por obra do acaso, algo que o mundo julgasse significativo tivesse ocorrido naquele 18 de outubro, em Los Angeles. O relato ganharia prestígio e sua autora um “eu estava lá” vitalício. Deram azar. No fim, era sempre questão de sorte ou azar. De torcer pela coincidência entre os momentos com os quais ocupamos nossa vida e aqueles considerados importantes aos olhos dos outros. Talvez por isso compremos tantos ingressos para as “grandes experiências” que, conforme nos anunciaram, temos a obrigação de viver: pela ilusão de relevância, pelo “eu estava lá” incluído no pacote. E, como hoje não é exigido nenhum atestado de coerência, a lista a ser percorrida tornou-se interminável. Eu estava lá. E lá, lá, lá, lá, lá, lá e lá também. Fazendo história. Quer ver as fotos? Já a anônima senhora estava no aeroporto de Los Angeles, em 18 de outubro de 1978, mas nada parece ter acontecido, a não ser um pequeno enrosco na esteira das malas.

Lançado em Marburgo, numa Terça-Feira Gorda, véspera da Quarta de Cinzas, o livro de Hans Staden fez grande sucesso e se tornou uma das mais populares narrativas de viagem do século XVI. Do ano de seu lançamento até 1715 foram 39 edições da obra.

As opiniões sobre a razão para tamanho êxito costumam variar um pouco. Tomando seu principal elemento dramático — o canibalismo tupinambá — como consenso, há tanto quem considere a obra basicamente uma peça de propaganda religiosa (protestante) quanto quem explique sua popularidade por critérios que, hoje, a definiriam como literatura de entretenimento. Talvez ambos tenham sua parcela de razão. Ou, quem sabe, os dois argumentos não fossem em essência tão distintos à época quanto hoje parecem ser. E, apesar de o texto do alemão ter desempenhado evidente papel no sucesso do livro, não há como negar que muito de seu impacto imediato, como também daquilo que sedimentou sua relevância ao longo dos tempos, deve ser creditado às 55 xilogravuras que ilustram a obra.

Não exatamente por se tratarem de um primor artístico. Passavam bem longe disso, aliás. Porém, tanto a vasta quantidade de imagens — o triplo do

que geralmente trazia um livro editado no período — quanto sua narrativa visual, recheada de seres humanos devorando seres humanos, apresentavam-se como ingredientes de inquestionável apelo. Apelo que beirava o sensacionalismo, dirão alguns ao toparem, no frontispício da edição original — a “capa” daquela época —, com o nativo estirado calmamente em sua rede a saborear uma perna humana enquanto assava outros membros na grelha.

